



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUCAS JURANDIR ALVES SANTOS

**A PRESENÇA AUSENTE: OS ESPANHÓIS NA HISTÓRIA DA PARAÍBA (1580-
1640)**

CAMPINA GRANDE

2023

LUCAS JURANDIR ALVES SANTOS

**A PRESENÇA AUSENTE: OS ESPANHÓIS NA HISTÓRIA DA PARAÍBA (1580-
1640)**

Monografia para Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Ensino de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de professor(a) de História.

Área de concentração: História e Historiografia.

Orientador(a): Prof. Dra. Luíra Freire Monteiro

CAMPINA GRANDE

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237p Santos, Lucas Jurandir Alves.

A presença ausente [manuscrito] : Os espanhóis na História da Paraíba (1580-1640) / Lucas Jurandir Alves Santos. - 2024.

34 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro, Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. História da Paraíba. 2. Colonizador espanhol. 3. Domínio espanhol. I. Título

21. ed. CDD 981.33

LUCAS JURANDIR ALVES SANTOS

A PRESENÇA AUSENTE: OS ESPANHÓIS NA HISTÓRIA DA PARAÍBA (1580-1640)

Monografia para Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Ensino de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de professor(a) de História.

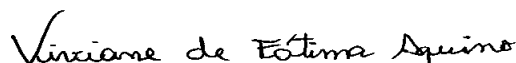
Área de concentração: História e Historiografia.

Aprovada em: 01/12/2023.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro
(Orientadora)



Profa. Mestre Viviane de Fátima Aquino
(Examinadora Externa)



Profa. Mestre Natália Santos Amorim
(Examinadora interna)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de chegar até aqui, por ter me permitido superar as diversas adversidades, pelo amadurecimento e crescimento que tive durante a minha trajetória. Foram 5 longos anos, entre Cuité e Campina Grande, ao qual precisei enfrentar o longo trajeto de todos os dias, bem como superar os contratemplos em relação ao transporte, mas com muita fé em Cristo que chego a este momento.

A mãe, por ter desempenhado o papel de mãe e pai desde o meu nascimento, bem como ter trabalhado e feito o possível para criar seus filhos da melhor maneira possível, saiba que você conseguiu efetivar seu desejo de ter filhos com diplomas superiores e com boa educação transmitida por sua pessoa, obrigado por todos os sacrifícios feitos por nós.

Um agradecimento especial a minha orientadora, Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro, por todo o aprendizado e por ter sido mais que uma professora nesta trajetória, só tenho a agradecer todo o convívio e experiência adquiridos, principalmente quando fui seu monitor e participei da extensão de sua responsabilidade. A senhora é um exemplo de pessoa e profissional ao qual quero me tornar, obrigado por ser essa pessoa maravilhosa que tenho como uma segunda mãe.

A Franciele, por ter me apoiado e me motivado a ser melhor cada vez mais, principalmente nos momentos mais difíceis durante a graduação, sempre foi uma pessoa que me inspirou e nunca deixou que as dificuldades do cotidiano me abalassem, apenas tenho a agradecer por ser essa pessoa maravilhosa e por ter sido meu porto seguro. Sou extremamente grato pelo seu apoio incondicional e compreensão com as minhas horas de ausência para ti. Obrigado, minha querida, sua presença em minha vida, foi fundamental para a realização deste trabalho, estás no meu coração sempre, amo-te.

A Thayms e Rosimária, só tenho a agradecer por todo o convívio e por toda a parceria que compartilhamos durante os trabalhos, bem como o curso ao longo de todos estes anos, saibam que vocês desempenharam papéis primordiais durante este trajeto, principalmente tornando os dias mais leves e demonstrando serem pessoas maravilhosas que estiveram sempre presentes em minha vida, sei que serão excelentes profissionais.

Aos meus amigos do convívio diário de ônibus, obrigado por tornarem o cotidiano mais divertido e tranquilo com as conversas descontraídas, principalmente a Caio, sei que posso contar sempre com sua amizade.

Por fim, quero agradecer a mim, por ter tido força e coragem para chegar a realizar este objetivo, sinto orgulho de toda a trajetória travada e pelo o profissional que estou me transformando, pois apenas tenho gratidão a Deus por tudo isso.

RESUMO

Trataremos do tema candente, propositadamente obnubilado na historiografia local. A presença espanhola, no ensejo da conquista e colonização da Paraíba, parece ser assunto-tabu, pouco estudado e também pouco divulgado entre nós. No sentido de levantar o véu sobre esta questão, este trabalho fará uma incursão pela historiografia local, bem como sobre alguns documentos que nos permitirão entender a razão da presença hispânica na formação da sociedade paraibana e de sua forçada opacidade e até esquecimento. Passando pelas estratégias de construção da identidade nacional e chegando à formação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e sua necessidade de dar prosseguimento às pretensões do IHGB, que reconhecia apenas Portugal no processo formador da sociedade brasileira, é nosso propósito compreender a presença de colonizadores espanhóis na Paraíba, bem como analisar as estratégias utilizadas para que não sejam “vistos” como parte integrante de nossa formação.

palavras-chave: Domínio espanhol; Conquista e colonização; História da Paraíba.

ABSTRACT

We will deal with a burning topic, purposefully obscured in local historiography. The Spanish presence, during the conquest and colonization of Paraíba, seems to be a taboo subject, little studied and also little publicized among us. In order to lift the veil on this issue, this work will make an incursion into local historiography, as well as some documents that will allow us to understand the reason for the Hispanic presence in the formation of Paraíba society and its forced opacity and even oblivion. Going through the strategies for constructing national identity and arriving at the formation of the Instituto Histórico e Geográfico Paraibano and its need to continue the pretensions of the IHGB, which recognized only Portugal in the formative process of Brazilian society, it is our purpose to understand the presence of Spanish colonizers in Paraíba, as well as analyzing the strategies used so that they are not “seen” as an integral part of our training.

Keywords: spanish rule; conquest and colonization; history of Paraíba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Quadro dos Governantes da capitania real da Paraíba (1580-1640)	29
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Um morticínio como ponto de partida.....	10
1.2 As armadas contra os potiguaras.....	12
2 O BRASIL E A IBÉRIA	14
3 O DOMÍNIO ESPANHOL DA CAPITANIA	18
4 A CIDADE DE FILIPÉIA E SUA CARTOGRAFIA HISPÂNICA.....	25
4.1 Um projeto que dava vez e voz aos portugueses	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

No contexto da formação social do Brasil, após a descoberta da esquadra de Cabral, e da implantação do sistema de Capitânicas hereditárias, em 1534, a Paraíba não existia. Consta apenas como um rio de difícil navegação, largo, rico em pescados, e margeado por populosas aldeias de povos nativos, conhecidos como potiguaras. Na verdade, o dito rio (batizado em homenagem a São Domingos) parecia ser o limite da chamada Costa potiguar, que se iniciava na recém fundada capitania de Itamaracá e se alongava até os confins do Maranhão¹.

No território da Costa Potiguar, um pouco além do rio, haviam excelentes portos naturais que franqueavam o acesso dos inúmeros navegadores que por ali transitavam, em expedições variadas. Um desse portos permitia chegar à Acãitubirió, aldeamento potiguar cedo conhecido por normandos e bretões, que ali se integraram à cultura local, fazendo alianças matrimoniais e passando a habitar entre os nativos. Tamanha era a presença de normandos e bretões naquelas paragens que o porto de Acaitubirió foi reconhecido como “Porto dos franceses”. Tal convivência favoreceu a posse dos territórios circunvizinhos, coalhados de uma riqueza ímpar de interesse das tecelagens europeias: o chamado “pau de tinta” que, paradoxalmente, em nada interessava aos potiguaras, mas cujas toras lotavam os porões dos navios dos seus aliados.

Assim era a realidade da capitania de Itamaracá, onde os nativos desenvolveram amizade e parentesco com outras gentes que não os portugueses, plenamente estabelecidos na próspera e ativa Pernambuco e que, aos poucos, passavam a povoar as terras recebidas por Pero Lopo. Ao contrário de Pernambuco, Itamaracá não foi bem administrada por seu donatário, comerciante de especiarias do Oriente, e que nunca botou os pés em sua capitania, delegando sua administração a prepostos. Estes, por sua vez, tiveram que enfrentar constantes ataques dos potiguaras contra os grupamentos populacionais de colonos naquele espaço, definindo-se assim a hegemonia indígena sobre o meio, pois impediam o avanço do processo colonial para além do rio Paraíba. O apoio, incentivo e estratégias dos ditos normandos que ali viviam aos potiguaras foi determinante para que o rei português, D. João III, mandasse expedições para combater o constante, volumoso e aberto tráfico de madeiras pelo porto de Acãitubirió.

Fazia-se necessário o avanço da civilização naquelas plagas, e esta conseguiu chegar às margens do rio Goiana, no qual foi implantado um engenho, de nome Tracunhaém. Em tempos de posse territorial, Itamaracá era lugar de risco, já que seus limites estavam dentro da chamada Costa Potiguar, e aqueles nativos não cooperavam com a presença ibérica na região, preferindo

¹ In Sumário da Armadas.

a aliança com os normandos. Atritos, ataques e confusões se faziam cada vez mais presentes na pequena capitania, cuja população cada vez mais se isolava na ilha, evitando-se as terras continentais por temor dos potiguaras.

1.1 Um morticínio como ponto de partida

O estabelecimento de um engenho, às margens do rio Goiana, foi decisivo para que os Potiguaras entendessem que o projeto expansionista dos portugueses não se intimidara com seus ataques. De propriedade do português Diogo Dias, o engenho foi organizado e posto a funcionar, com seus canaviais tomando o lugar da antiga mata de pau de tinta. Outros nativos foram para ali trazidos, afim de trabalhar nas tarefas do engenho, juntamente com europeus e, juntos, iniciou-se no lugar um pequeno núcleo populacional.

Em 1574 um evento distante do engenho de Diogo Dias cristalizou um problema que chegaria ao rei de Portugal, depois de passar pelas autoridades coloniais. A saída da índia Iratembé de uma das aldeias potiguar, em companhia de seu marido, um mameluco, ofendeu ao principal Iningaçu. Era praxe entre os tupis que a aliança matrimonial obrigava o noivo a residir no aldeamento, devendo serviços ao pai da noiva e à sua comunidade. A saída foi considerada um rapto que exigia reparação, e a ordem para a caçada do casal e sua recondução à aldeia foi dada pelo cacique.

Os potiguaras que encontraram a moça nas cercanias da vila de Olinda, na capitania de Pernambuco, provavelmente mataram seu marido, reconduzindo-a à guarda de seu pai, em cumprimento à ordem recebida. Contudo, dada a distância entre Olinda e a aldeia, na margem norte do rio Paraíba, transitaram nas terras do engenho, onde pernoitaram. Nessa noite, Iratembé desapareceu mais uma vez e os potiguaras de sua escolta saíram, mais uma vez, à sua procura, sendo informados por alguns normandos que a índia, provavelmente, estava sob a posse do dono do engenho.

O relato do Sumário das Armadas² não esclarece se esta informação era verdadeira ou mera artimanha dos aliados normandos, no sentido de aumentar o atrito já existente entre potiguaras e portugueses. O que se viu, a partir da informação, foi a emergência de uma engenhosa negociação entre o líder potiguara e o governador geral do Brasil, afim de localizar a jovem Iratembé e reconduzi-la à sua aldeia natal. Esta negociação demonstra que os potiguaras integravam o sistema colonial que ali se desenvolvia, conhecendo sua hierarquia

² O Sumário das Armadas é um escrito e feito do padre Christovam de Gouveia, ao qual conta as guerras e eventos que ocorreram no rio Parahyba, bem como esclarecer como se deu a conquista da Parahyba juntamente aos seus antecedentes.

administrativa e sabendo usar os mecanismos de comunicação no sentido de conseguir o seu intento.

Os esforços do ouvidor geral do Brasil não surtiram efeitos e o destino de Iratembé entrou para o rol de “incerto e não sabido”, o que estabeleceu um profundo descontentamento dos potiguaras para com os portugueses, estabelecidos nas cercanias de suas aldeias. Por outro lado, os franceses atiçavam o sentimento de vingança, num perigoso jogo para evitar qualquer entrosamento entre os nativos e os portugueses, que demonstraram empenho diante dos pedidos aflitos de Iningaçu para que sua filha fosse encontrada. A estratégia parece ter dado certo, já que algumas semanas após as ações de busca se encerrarem, e fosse reconhecido a impossibilidade de a moça ser encontrada, os potiguaras atacaram vingativamente o engenho, em ação estratégica, que driblou toda a segurança organizada para defender o engenho. Mais de 2.000 índios invadiram a propriedade, matando, impiedosamente, todos os seus habitantes, em número superior a 600 pessoas.

Em Portugal, o novo rei, D. Sebastião, recebeu a notícia do massacre que ocorreu. É provável que, nesta ocasião, o rei tenha determinado a retomada de parte das terras da capitania de Itamaracá da viúva do antigo donatário, já falecido. Itamaracá estava sob a administração de um preposto, mas não conseguira se desenvolver e o ambiente bélico que ali se encontrava era noticiado pelos pernambucanos como um risco eminente à prosperidade da capitania de Duarte Coelho, a Nova Lusitânia, ou Pernambuco. Temeroso de que os potiguaras fizessem fortificações ao sul do rio Paraíba, o que representaria um grande risco para a invasão de Pernambuco, ordenou que se organizasse uma expedição para dominar o avanço potiguar e estabelecer o domínio da foz do dito rio.

O desmembramento de parte do território da Capitania de Itamaracá, integra a teoria da criação formal da chamada capitania real do rio Paraíba³. Criou-se, então, uma capitania real, para - às expensas da coroa - tomar para Portugal a chamada Costa dos franceses, subjugando-se os potiguaras e expulsando os normandos do território que agora corresponderia oficialmente como Capitania Real. Para tanto, se fazia mais que necessário a organização de tomada do território-palco dos conflitos. Assim, iniciava-se a conquista (ALMEIDA, 1997)⁴.

³ Falamos de probabilidade, pois até a atualidade não foi descoberto documento algum que comprove a ordem do rei português nesse sentido. É provável também, como veremos mais adiante, que esta teoria tenha sido criada no sentido de conceder ao rei português a criação da capitania, integrando a narrativa da vinculação exclusiva da Paraíba (e do Brasil) a Portugal, como queria Von Martius. Tal pretensão nos leva à compreensão de que a capitania só tenha sido criada em 1585, após a conquista por Diego Valdez Flores, no contexto da União Ibérica, e, consequentemente, pelos espanhóis.

⁴ ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, v. 3, 1997.

1.2 As armadas contra os potiguaras

A conquista do território foi mais desafiante do que o esperado por parte de Portugal, visto que em sua primeira expedição, que aconteceu em 1574, se tornou bastante frustrante por causa das adversidades passadas pelo então comandante, o ouvidor-geral D. Fernão da Silva. Este, cumprindo a ordem de D. Sebastião, organizou a primeira expedição e, tão logo chegou à foz do Paraíba tomou posses das terras sem que houvesse nenhuma resistência, mas isso foi apenas uma armadilha feita pelos potiguaras, sendo o mesmo obrigado a recuar para Pernambuco.

A segunda tentativa ocorreu em 1575 e que tinha a frente o Governador geral do Brasil, D. Luís de Brito, que resolve por si só enviar uma frota com 12 navios, mas que não ia ser dessa vez que sucedera, pois boa parte desses navios sofreram com ventos que conspiraram ao objetivo, desestabilizando a maioria, fazendo com que não chegassem ao seu destino. Três anos depois outro governador-geral Lourenço Veiga, tenta conquistar o Rio Paraíba, não obtendo êxito.

O comerciante Frutuoso Barbosa, que tinha uma forte influência em Portugal, obteve um alvará régio em 1576, na qual o autorizava para que pudesse explorar a Capitania real por dez anos. Todavia, em 1578 ocorre a morte de D. Sebastião, fazendo com que Frutuoso tenha que procurar o D. Henrique, que era o então parente mais próximo a assumir o trono, desta forma, o mesmo sendo munido da provisão de capitão-mor da Paraíba e renovando o alvará ao qual lhe foi concedido, dando as condições para que seja empregado a conquista e o povoamento da Capitania. Neste sentido, em 1579, Frutuoso parte na terceira tentativa de conquista, no qual o território ainda se encontrava sob domínio francês, mas que tal expedição apenas trouxe prejuízos, uma vez que quando estava vindo à Paraíba, caiu sobre sua frota uma forte tormenta, fazendo com que tenha que retornar a Portugal e durante o processo, ele perde sua esposa. Entretanto, vale destacar que Frutuoso conseguiu um feito bastante inédito ao pensamento da colonização, pois o mesmo captou famílias e representantes de quatro ordens religiosas para fazer uma colonização diferente na capitania real demonstrando um caráter diferenciado em relação a colonização de outras localidades. Em 1580, com a morte do então rei D. Henrique, se tornava necessário uma sucessão, apesar de ser um imbróglia, desta forma, durante este trabalho estará sendo esmiuçado de como se deu a União Ibérica, bem como a conquista da Paraíba juntamente a fundação de sua capital.

Partindo disso, é preciso entender a importância que os espanhóis terão no aspecto de conquista em relação ao território e por qual razão, considerando as vantagens econômicas da região, se tem a sua ausência apregoada a historiografia correspondente a Paraíba durante a

União Ibérica (1580-1640), dado que se tem poucos relatos e fontes historiográficas condizentes ao período.

2 O BRASIL E A IBÉRIA

Após uma longa guerra contra os mulçumanos, ocorreu o trágico desaparecimento do Rei de Portugal D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir contra os mouros no Marrocos, em 1578, D. Henrique, seu tio-avô acabou assumindo o trono durante dois anos (1578-1580) devido D. Sebastião não ter herdeiros para sucedê-lo. Todavia, D. Henrique acabou morrendo em 1580, também pelo fato de não possuir herdeiros, culminando com sua morte no início de uma crise de sucessão do trono Português, dado que o mesmo era Cardeal. Nesse sentido, três candidatos se destacaram por alegaram parentesco com D. Sebastião por conta do reinado de D. João III, filho de D. Manuel I, e avô de D. Sebastião, acarretando-se na luta pelo trono. Todos os pretendentes ao trono eram descendentes de D. Manuel. Destes, três conseguiram sustentar mais solidamente sua candidatura por vias jurídicas ou militares, sendo estes: D. Catarina de Bragança (neta, por parte do pai, de D. Manuel); D. Filipe II, rei da Espanha, (neto, por parte da mãe, de D. Manuel); e D. Antônio (neto bastardo, por parte de pai, de D. Manuel) (CAMARGO, 2016)⁵.

Nesse seguimento, o que mais conseguiu realizar uma campanha mais sólida foi o rei de Portugal, D. Felipe II devido vários aparatos que sustentavam sua legitimidade quanto ao trono, a exemplo do domínio diplomático, de modo a convencer o velho cardeal D. Henrique e a junta dos governadores do caráter desejável da união; o domínio jurídico, que por sua vez recorre a corte de Madrid, por conta de sua influência sobre toda a Europa, como testemunha para demonstrar que seus direitos à sucessão, na condição de neto de D. Manuel, eram superiores aos direitos de todos os outros pretendentes, individualmente aos de Catarina, duquesa de Bragança; o domínio militar, no qual o duque de Alba foi mobilizado para submeter pela força as câmaras municipais que haviam cometido o erro de apoiar os direitos de D. Antônio, prior do Crato⁶, e de o reconhecerem como seu rei; e por fim, o domínio contratual, no qual, no recinto improvisado do convento de Tomar e perante a reunião dos três estados em Cortes, Filipe II se comprometeu a respeitar escrupulosamente a imunidade jurisdicional do reino e a separação simbólica da coroa portuguesa, em troca de uma proclamação que geralmente não se fazia (SCHAUB, 2001)⁷. Neste sentido, percebe-se que Filipe II teve todas

⁵ CAMARGO, Maicon da Silva. **Um Reino sem rei? Cultura política ibérica durante a Federação Ibérica (1580-1640)**. Revista Aedos, v. 8, n. 19, p. 192-208, 2016.

⁶ Grão-Mestre da Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Roses e de Malta, em Portugal.

⁷ SCHAUB, Jean-Frédéric. **Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)**. Lisboa: Horizonte, 2001, p. 11,12.

as oportunidades de adentrar de uma forma agressiva em relação à corte de Portugal, conforme esclarece (CARDIM, 2002)⁸ logo abaixo:

D. Felipe teve a oportunidade de declarar que Portugal era uma conquista, quer dizer, poderia ter tirado partido dessa situação e alterado os foros do reino, adaptando-os às suas conveniências. Contudo, e um pouco contra o que seria de prever, D. Felipe decidiu noutro sentido, acedendo a dialogar com os ‘três estados do reino’ numa reunião das Cortes de Portugal (CARDIM, 2002 p. 278).

O pensamento de conquista de Filipe II seria de ir conforme as legalidades, pois caso houvesse a alteração dos foros do reino ou até mesmo imposições referentes a Filipe, poderiam desencadear rebeliões com uma segregação política e econômica de Portugal, dado que se deve lembrar que o mesmo seguiu pelo o caminho legal das instâncias, apresentando os títulos de legitimidade em relação a sucessão, deste modo, abriria passagem para a coroa de forma com que não houvesse contrariedades. Neste sentido, após apresentar toda a documentação necessárias para que pudesse ocorrer os trâmites legais, Filipe II dispõe-se ao compromisso de Tomar (1581-1583) para não ter conflitos, além de garantir soberania de Portugal após a junção das coroas em relação a metrópole e a instituições.

Posto isto, em 1580 Felipe II consegue sua legitimidade quanto ao herdeiro do trono Português, alcançando a união das coroas de Portugal e Castela (Espanha), no que comumente denomina-se, dentre outras formas, como União Ibérica, União Dinástica e União das Coroas Ibéricas (CURTO, 2011)⁹. Além disso, com essa união pode-se perceber que, o papel do Brasil como colônia portuguesa restringia-se a ocupar posição meramente secundária quanto local de eventual cenário de tensão nas relações luso-francesas (MELLO, 2022)¹⁰. Todavia, percebe-se que após a tragédia de Alcácer Quibir, que tirou a vida de D. Sebastião, fez com que a nação que uma vez vivia tempos de glória, agora caia em incertezas, dado a este cenário, não se tinha como criar alternativas perante as dificuldades que estavam presentes para que criasse algum meio de impedir que a coroa caísse a favor de Filipe II. Neste sentido, após apresentar toda a documentação necessárias para que pudesse ocorrer os trâmites legais, Filipe II prontifica-se a honrar o Tomar, deste modo, se comprometendo de que os espanhóis não assumiriam cargos

⁸ CARDIM, Pedro. “**Política e identidades corporativas no Portugal de D. Felipe I.**” In: RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge M.; POLÓNIA, Amélia (Coords.). Estudos em Homenagem a João Francisco Marques. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, 2002, p. 275-306.

⁹ CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 17.

¹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **Um Imenso Portugal**. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 63.

de grande nomeação em solo português, como é o caso do setor administrativo, judiciário e eclesiástico, além de que se manteria toda integridade em relação a Portugal, como é o caso da moeda, da língua e até mesmo das despesas públicas, apesar de que se tinha uma certa dificuldade em governança, pois a metrópole estava longínqua, demonstrando que se tinha uma estrutura descentralizadora perante a governança de Filipe II.

A União Ibérica trouxe outros problemas que antes estavam em evidência, como é o caso das rivalidades apresentadas pelos portugueses e espanhóis, assim como uma grande insatisfação popular, visto que um espanhol estava à frente da coroa e da metrópole, não existirá desgosto maior para um português do que ter convívio com seus inimigos declarados, ainda mais quando se pensa em relação a coroa ocupada por um espanhol, na qual torna-se perceptível em casos de expedições, como o exemplo claro de Castrejon e Frutuoso Barbosa.

O império ultramarino passou por um processo de transformação antes da União Ibérica, em que consistia na caracterização do poder régio e em relação a comunicação política da coroa para com outras regiões, que no caso seria em relação às múltiplas colônias que Portugal detinha, o que fazia com que se existisse uma grande distância da metrópole para com as colônias, deste modo, se viu a necessidade da criação de instituições que pudessem atribuir as solicitações que se existiam, mas que isso não aconteceria com frequência com a junção das coroas. Portanto, se tinha uma ausência bastante presente em relação aos espanhóis nas colônias que até então eram de Portugal, principalmente nos principais cargos referentes as capitânicas no Brasil, desta forma, Filipe II buscou um meio termo no tocante as duas coroas, dado que o cenário já não era favorável à sua imagem com os portugueses mais pobres, uma vez que o mesmo usou de sua influência para ganhar o apoio das burguesias para que fosse efetivamente reconhecido como sucessor do rei, em troca, estaria contemplando tais burguesias com favores.

Portugal mantinha uma certa autonomia, considerando que as principais instituições ainda tinham portugueses a frente, ainda mais por conta do poder eclesiástico que estava em voga. O reino de Espanha ganhou espaços de poder e jurisdição após a União Ibérica, apesar das dificuldades encontradas, como é o caso da necessidade de se reafirmar a prioridade castelhana em relação aos domínios no que respeita a América, ou seja, se exigia que se tivesse uma forma mais rígida perante a imagem que se propunha passar, dado que a imagem portuguesa estava profundamente interligada com Castela¹¹.

A integração de Portugal à Monarquia Hispânica configura-se como um dos capítulos mais importantes da história ibérica e a história do Brasil, e, em especial a da Paraíba, pois

¹¹ Se era necessário mudar a imagem do império luso-hispânico, uma vez que deveriam trabalhar como uma unidade e não mais existindo as diferenças em relação a Portugal.

relaciona-se diretamente com essa que foi a mais importante união de coroas da modernidade, quando, em 1580, Portugal e todas as suas possessões passaram ao domínio espanhol, considerando que a partir deste período, a missão de se conquistar a Paraíba ocorrerá de fato, visto que os espanhóis foram primordiais a essa conquista. A união Ibérica ganharia novos traços, principalmente em relação ao Brasil, dado que o reinado de Filipe II foi crucial para a expansão das terras ao norte, como é o caso do Maranhão, deste modo, diversificando os modos aos quais se era feita o conjunto de reformas e transformações a que o Brasil estava sujeito durante União Ibérica.

Diante disso, percebe-se que a dinastia portuguesa (conhecida como a casa de Avis: 1385-1578), com o advento das relações entre a Corte lusitana e o Reino de Castela esteve em desequilíbrio quanto ao seu poder monárquico, o que antes Portugal buscava-se se manter em contraposição frente à Espanha, uma vez que conforme Skidmore (1998)¹²:

Para fortalecer sua posição contra Castela, Portugal forjou uma aliança com a Coroa inglesa em 1386. Esta aliança, que se manteria como o alicerce da política externa portuguesa durante os cinco séculos seguintes, deveria proporcionar a base para a influência da Inglaterra, especialmente econômica, no Brasil moderno. O casamento do rei João I de Portugal com a neta de Eduardo II da Inglaterra consolidou a dinastia portuguesa (conhecida como a casa de Avis: 1385-1578) e criou a base monárquica estável que facilitou a incursão do país na exploração e comércio mundiais (SKIDMORE, 1998, p.13).

Apesar de todos os esforços apregoados ao sucesso e independência da coroa portuguesa, a União Ibérica é tida como um dos maiores retrocessos em relação a historiografia, pois se existe pouca documentação referente ao tempo, dado que os espanhóis não davam a singela importância de se registrar a sua própria história, desta forma, percebemos as dificuldades que se tem de contar sua própria história. Neste sentido, os espanhóis teriam o princípio de não guardar uma memória documentada, diferentemente dos holandeses que registravam todas as minúcias encontradas, em virtude disso, podemos ver que se existia um forte desinteresse apregoado a historiografia, além de que muitos dos documentos que relatavam sua presença na Paraíba, acabariam sendo levados para a Espanha ou até mesmo queimados, deste modo, dificultando o trabalho de reconstituição historiográfico.

¹² SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

3 O DOMÍNIO ESPANHOL DA CAPITANIA

De acordo com (ALMEIDA, 1997) a conquista da Paraíba se estendeu por diversos anos até que sucedesse, principalmente se considerado os fatores externos e internos que impediam a conquista territorial, um exemplo claro disso, será a fraqueza demonstrada pelo o histórico que a capitania de Itamaracá passou, bem como a inércia apresentada por parte do Governo geral juntamente a coroa para a conquista. Diante disso, doravante estará sendo examinado as relações que os portugueses teriam aos espanhóis, assim como as tentativas posteriores de se conquistar o território da Paraíba, posto que que agora partiria de um pressuposto das mudanças que ocorreriam no Brasil da União Ibérica, desta forma, dando-se o mérito total aos espanhóis que de fato foram os principais responsáveis por tal feito.

Em 1582 após receber o aval de autorização do então rei D. Filipe para mais uma vez coordenar a conquista do território dominado pelos franceses e potiguaras, Frutuoso Barbosa ainda não teria desistido de seu grande objetivo. Com a mesma proposta imposta por ele na expedição anterior, Frutuoso estaria voltando mais uma vez decidido, porém acaba caindo em uma armadilha feita pelos seus inimigos, onde a expedição adentra o rio, avança nas matas do litoral do norte e caem na armadilha dos potiguaras, em que Frutuoso acaba por desistir após perder um filho em combate.

Após as fracassadas tentativas de conquista ao território referente a Paraíba, chegou a vez do então General Espanhol Diogo Flores Valdez, que saiu da Europa com uma grande frota, composta de 23 navios e cinco mil homens, teve como objetivo inicial defender o Estreito de Magalhães, pois se tinha uma presença enorme dos corsários na região. Contudo, após os infortúnios de perder algumas de suas naus com os temporais aqui presentes no Brasil, iria regressar a Europa com sua missão malograda, apesar de que ele foi convidado pelo o então Governador Teles Barreto, a chefiar uma nova expedição para a conquista, na qual zarpuu da Bahia em março de 1584, desta vez com uma frota reduzida, sendo composta de nove navios, sendo sete castelhanos e dois portugueses. A esta nova expedição, estavam presentes o ouvidor geral Martim Leitão, que acompanhou a expedição até Igarauçu, bem como Frutuoso Barbosa, que ainda não tinha desistido do pensamento de conquistar e governar aquela terra, além de que Castrejon trouxe consigo 700 soldados espanhóis, 300 portugueses, 100 africanos e 500 indígenas.

Ao chegar na foz do Paraíba, a frota de Valdez encontra naus francesas carregadas de pau-brasil, em que imediatamente são queimadas, porém dando tempo suficiente para a guarnição dessas naus fugirem junto dos índios. Neste sentido, começaram as divergências

entre portugueses e espanhóis em relação ao local que deveria ser erguido um forte e posteriormente a fundação da cidade, como esclarecido por ALMEIDA (1997):

Valdez queria o forte à margem esquerda do Paraíba, em frente à ilha da Restinga, onde incendiara as naus francesas. Frutuoso Barbosa era contra, queria na foz do rio, onde está hoje a velha fortaleza do Cabedelo, argumentava que o povoado, se fosse fundado no lugar onde pretendia Valdez, além de contrariar o regulamento que lhe fora dado como governador da Paraíba, nenhuma segurança oferecia aos moradores, antes os expunha à toda sorte de perigo, pois do lado esquerdo é que vinha o ataque do gentio, ficando assim a nascente povoação sem poder receber auxílio de Pernambuco, o que não se daria se estivesse do lado direito do rio (ALMEIDA, 1997 p. 69).

A falta de consenso se era perceptível, principalmente por parte daqueles que estavam à frente da expedição, mas que Valdez não irá reconhecer a autoridade atribuída a Frutuoso Barbosa, desta forma, não se tinha uma adesão total, por isso, formou-se um conselho dos chefes militares para que se pudesse entrar em um consenso. Todavia, a maioria avaliou que seria uma péssima escolha a de Valdez, pois ficaria do lado oposto a Pernambuco e Itamaracá, o que dificultaria em caso de necessidade de auxílio, além de deixar a população exposta e vulnerável a ataques futuros. Valdez, que detinha a posição de general e líder daquela expedição, não consente ao que os outros opinaram, deste modo, seria determinado que ali fosse erguido o forte no local por ele escolhido.

Antes da conclusão do forte, Valdez vai designar o cargo de alcaide para Francisco Castrejon, este que era capitão de infantaria de sua armada, na qual ficará responsável por uma brigada de 110 soldados espanhóis, o que desencadeara um certo desentendimento por parte de Frutuoso Barbosa, pois é certo que por direito e em razão da provisão régia que o fazia de capitão-mor da Paraíba em caso de conquista, o cargo de alcaide deveria o pertencer. No entanto, seria esclarecido pelo então general que tal condição apenas se efetivaria em caso de conquista, apesar de que ele deixaria 50 soldados portugueses em seu comando, desta forma, ficaria Frutuoso, juntamente com Castrejon no forte (ALMEIDA, 1997). Além disso, com a conclusão do forte, Valdez nomeou em primeiro de maio com o nome de São Filipe e Santiago, sendo uma homenagem direta ao dia dos apóstolos Filipe e Tiago, doravante estaria partindo para a Europa novamente.

O forte de São Filipe e Santiago foi cercado posteriormente por indígenas, considerando os ataques que estavam acontecendo em volta, o que faz crer que a expedição iniciada por Valdez não iria concluir o objetivo inicial da conquista, pois a conquistava estava limitada apenas as grossas paredes de taipas, em que no interior se encontravam 160 soldados, bem como

dois líderes que não entravam em um consenso. Neste sentido, (ALMEIDA, 1997) vai dizer que se existia um grande desentendimento entre Castrejon e Frutuoso, na qual os dois trocavam ofensas e acusações, o que tornaria a situação cada vez pior, principalmente se adentrarmos em outros fatores, como é o caso dos cargos, pois Frutuoso tinha o compromisso de submissão visto que Castrejon estava comandando a fortificação, lembremos que Castrejon era o alcaide da fortificação, desta forma, Frutuoso seria obrigado a acatar diretamente as suas ordens.

O desacordo entre ambos era enorme, até ao ponto de chegar na questão dos mantimentos, em que os portugueses recebiam bem menos se comparado aos espanhóis, sendo tal medida adotada por Castrejon para afetar os portugueses bem como Frutuoso. Os dois comandantes não entravam em um consenso, o que gerava uma desordem no forte, mas eram obrigados a se aturarem, pois estavam cercados e o forte era o único local seguro de fato contra seus inimigos, apesar de que com o tempo, as fortificações já não eram tão efetivas e os mantimentos começavam a se esgotar, desta maneira, o ouvidor geral Martim Leitão se viu obrigado a mandar mantimentos e homens para que o forte não caísse.

A pressão era enorme por todos os lados, sobretudo psicológica pela fome que apertava cada vez mais, desse modo, Castrejon se sentiu na obrigação de ir a Pernambuco pedir por socorros urgentes em setembro de 1584, na qual o mesmo foi recebido pelas principais autoridades na Câmara de Olinda, mas que acabou sendo repreendido, pois não demonstrava compunção por ter deixado o forte, visto que até mesmo seus homens foram expulsos da sala, tal ação demonstrava ato de covardia por parte Castrejon. Por conseguinte, Castrejon retorna para o forte no mês seguinte, dado que se era necessário ter uma presença forte em relação ao território, além de que os franceses estavam enviando reforços para ajudar os potiguaras que estavam no cerco ao forte. Apesar das dificuldades, Martim leitão manda homens e provisões afim de auxiliar o alcaide e abater os inimigos, desta maneira, as tropas rumaram para a Baía da Traição que seria o local de concentração de algumas naus francesas, onde queimaram aquelas que ali estavam conseguindo repelir exitosamente os ataques.

Após um certo tempo, chegava na Paraíba um novo aliado dos potiguaras, estes seriam os tabajaras¹³, vindo das fronteiras entre a Bahia e Pernambuco, tinham a principal intenção de propor uma aliança aos inimigos tradicionais afim de expulsar os invasores estrangeiros, considerando todo o histórico que já se tinha contra os portugueses, pois anterior o donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque, que fez uma caça inestimável de extermínio para os indígenas causando um sentimento de vingança para estes, além de que seu

¹³ Estes estavam localizados nas margens do rio São Francisco, porém com os diversos massacres ocorrendo em sua região, partem para a Paraíba com o intuito de expulsar os invasores com a ajuda os potiguaras.

líder, Piragibe, era um guerreiro valoroso e bastante conhecido. Piragibe teria sido traído pelos os portugueses, pois a ganância dos portugueses era o suficiente ao princípio de levar o líder como cativo, desta forma, buscará refúgio e forças para que possa combater o inimigo comum dos potiguaras.

O forte mais uma vez estava sob pressão, agora por parte dos potiguaras e tabajaras, porém não com muita resistência, pois se tinha uma escassez em relação aos recursos, bem como os soldados com a insalubridade que ali estava presente. Neste sentido, em 1585, Castrejon enviou uma nau para Pernambuco, informando o propósito de abandonar o forte, pois a situação já era insustentável, desta maneira, podemos perceber que a conquista da Paraíba estava limitada somente para aquele forte.

O ouvidor-geral Martim Leitão, insatisfeito com as expedições frustradas com a conquista, juntará pouco mais de 500 homens, bem como capitães de ordenança para uma nova expedição convocando todas as lideranças possíveis de Pernambuco para que pudesse ocorrer a conquista¹⁴, deste modo, ele impôs a mesma disciplina para todos e trouxe os mamelucos para que pudessem compor sua guarda pessoal, sendo perceptível os resultados da miscigenação que ocorria com ameríndios, diferentemente do ensaio de Martius, neste contexto eles tinham exerciam um papel notório para a sociedade, compondo uma ala que ganhava cada vez mais espaço.

A viagem para a Paraíba levou um tempo considerável, até que se houve a surpresa de encontrarem o aldeamento de Piragibe, o líder dos tabajaras, que escapou com o seu povo, deixando alguns mortos e alguns suprimentos, deste modo, Martim Leitão usou o aldeamento como quartel general por alguns dias para poder ser estabelecer, além de que entraria em contato com os tabajaras, na qual os ofereceria segurança e paz, por esta razão, se foi enviado jesuítas para que fosse negociado a paz, apesar de ser algo extremamente complexo, pois os tabajaras tinham o receio de entrarem em uma cilada com os portugueses e ocorrer o massacre que foi praticado na Bahia. Todavia, o jesuíta Jerônimo Machado vai fazer o trabalho de tentar convencê-los e lembrar da antiga amizade que tinham com os portugueses, embora pouco acreditaram. As conversas se esfriaram, mas também elas ocorriam em completo sigilo, pois os tabajaras sentiam receio de que os potiguaras pudessem suspeitar dos seus contatos com os portugueses, principalmente se comparado ao número de potiguaras, o que poderia acarretar em um massacre de sua gente.

¹⁴ Martim Leitão foi o motor para que a conquista da Paraíba pudesse ser efetivamente concluída, dado que esta expedição preparou o terreno para que o objetivo fosse atingido, diferentemente das outras.

Os avanços ao território eram consideráveis, visto que algumas regiões se houve confrontos com os tabajaras, estes que ofereceram pouca resistência, tendo em vista a aldeia despejada que fora encontrada, ali passaram dois dias naquele lugar e demarcaram suas imediações para que doravante fosse fundada a cidade de Nossa Senhora Das Neves, que posteriormente se chamaria de Filipeia. Diante disso, Martim Leitão e os soldados partiram para o forte São Filipe e Santiago, apesar de que apenas encontrou uma deplorável fortificação, bem como aqueles que habitavam em um estado doloroso, dado que ali estavam sendo prisioneiros e com seus espíritos quebrados, assim como passando fome pela falta de suprimentos e as doenças que adquiriram. Contudo, diante de todos esses ocorridos e da situação extrema passada, Martim Leitão encontra Frutuoso Barbosa abatido e tenta-o convencer para que fosse ao outro lado rio a fim de fundar a cidade, tendo prometido também que o ajudaria com mantimentos e que ficaria com ele durante um certo período, juntamente com a ajuda de mais de 80 homens para que a cidade fosse edificada, porém o mesmo estava desolado, como afirma (ALMEIDA, 1997):

Mas não houve força de persuasão que levantasse o moral de Frutuoso. O homem havia perdido a alma entre as sombrias paredes do forte e tão amargurado estava da Paraíba, perseguido de tantos azares, que desistiu de tudo e não queria outra coisa senão escapar o mais depressa daquela malfada terra (ALMEIDA, 1997 p. 81).

A aliança dos potiguaras com os tabajaras já não existia mais, uma vez que os tabajaras não apresentaram resistência para os portugueses, como também souberam por índios prisioneiros os contatos que os mesmos tiveram com os portugueses, desta forma, entenderam que aquilo seria uma traição e que resultaria em uma guerra de extermínio. Diante disso, se foi informado ao líder Piragibe para que o mesmo retornasse as terras de onde veio, pois os potiguaras estavam a se juntar com o intuito desbaratá-los, porém se existia um acordo com os portugueses, dado que Martim Leitão garantiria o socorro dos portugueses caso fosse solicitado.

A Pero Lopes foi designado o papel ao qual Frutuoso exercia anteriormente, mas que teria a promessa de ajuda com mantimentos e tropas por Martim Leitão, este que estaria retornando para Olinda em abril de 1585 em um clima de grande festa, pois conseguiu repelir os ataques vindos dos inimigos bem como escolher a localidade que seria construída a cidade. Todavia, acreditava-se que Martim Leitão não estaria satisfeito, em razão de que não conseguiu edificar nenhuma povoação na Paraíba, o que não deixava de ser verdade, pois o que foi construído estaria em ruínas até junho daquele mesmo ano.

O clima de vitória não durou muito, pois logo chegaram notícias da Paraíba, sendo informado que Pero Lopes teria abandonado o forte da Paraíba e retornado a Itamaracá, que era

o seu domínio. Apesar disso, Martim Leitão como ouvidor geral exigiu para que o mesmo retornasse para sua posição, dado que estaria enviando provisões, o que pareceu de bom grado por Pero Lopes, mas que o mesmo acabou não se movendo. Todos os sinais indicavam que ali acabaria as expedições, considerando que até mesmo Martim Carvalho, que era o provedor da Fazenda, já não disponibilizaria recursos a este empreendimento, até porque tal fato se tornou público, o que faria com que o ouvidor-geral tivesse uma visão negativa. Dada todas as circunstâncias desfavoráveis a conquista, acabará de piorar com a fuga de Castrejon, em que o mesmo colocar fogo no sustentáculo, assim como teria jogado os armamentos ao rio, dali apenas sobravam ruínas da obra criada pelo então general Valdez. Não obstante, logo Martim tomou providências para aquela situação de calamidade, em que consistiu inicialmente na captura e prisão do alcaide, além da nomeação de um novo comandante à Paraíba, tarefa essa dada a Simão Falcão, mas que dias antes da sua partida acaba em uma enfermidade, o que o impediria de dar prosseguimento.

A terra que até então era inconquistável, ganharia novos traços de uma nova expedição a ser feita, dado que a aliança entre os indígenas teria chegado ao fim, dois tabajaras vieram a pedir socorro aos portugueses, pois a guerra contra os potiguaras estava declarada, posto que o ouvidor geral teria se comprometido em caso de necessidades, desta forma, a quinta jornada para a conquista se formou, no qual Martim Leitão deu o posto de comando a João Tavares, este que escrivão da Câmara e juiz de órfãos em Olinda, mas diferentemente das outras campanhas que muitos recursos e tropas foram mobilizadas, esta teria um caráter mais modesto, visto que João Tavares disponibilizaria apenas de uma caravela com 20 homens e os dois índios mensageiros ao qual partiram no dia 2 de agosto. Neste sentido, após a sua chegada, logo se encontrou com o líder dos tabajaras, Piragibe, para selarem o tratado de paz, bem como entraram em confrontos com os potiguaras a qual afugentaram-se para o interior, deste modo, seguindo as instruções passada pelo o ouvidor-geral para a demarcação da localidade que se edificaria a cidade, conforme (ALMEIDA, 1997) esclarece a fundação:

A 5 de agosto de 1585, João Tavares saiu à terra a fim de escolher o local para o forte que ia ser construído na encosta da colina, em cuja base se espraia o Sanhauá, braço da Paraíba, onde estava ancorado. Não houve nem podia haver fundação da cidade naquele dia. A paz com Piragibe já estava firmada desde o dia 3. E quando três meses depois, a cidade foi efetivamente fundada (4 de novembro), tomou o nome de Nossa Senhora das Neves em memória do desembarque de João Tavares a 5 de agosto. (ALMEIDA, 1997 p. 84)

A data que se é apontada como oficial é o 5 de agosto, dado que além da homenagem a Nossa Senhoras das Neves, ela é comemorada até os dias atuais como marco inicial da cidade e do Estado, apesar de que se existe uma divergência em relação aos cronistas, pois suas edificações como cidade refletem ao 4 de novembro.

4 A CIDADE DE FILIPÉIA E SUA CARTOGRAFIA HISPÂNICA

Após as diversas expedições e dos embates travados com os tabajaras pelo o território referente a Capitania Real da Paraíba, finalmente se houve a conquista de fato em 1585, juntamente a assinatura de paz com os tabajaras que restaram, desta forma, se deu início ao mapeamento para que se pudesse escolher o local mais apropriado para se construir a sede da capitania, considerando que o procedimento para a fundação e urbanização da região se daria de maneira as normas da América espanhola, pois já se fazia alguns anos desde que se houve a junção das coroas de Portugal e Espanha por parte de Filipe II. Neste sentido, se existia procedimentos e exigências para que fosse efetivamente edificada a fundação da cidade, visto que essa conteria o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, nome esse dado em homenagem ao rei Filipe II, mas também abrangendo um caráter mais religioso, em que sua fundação vai trazer algumas instituições de suma importância para que pudesse ser concretizada de fato. Portanto, a cidade vai seguir o prescrito de acordo com as *Leys das Índias*, na qual procurou-se estabelecer em um local sobre uma colina, além do porto natural, considerando tais critérios para que se houvesse uma defesa mais efetiva em caso de ataques, desta forma, se explica por qual motivo não se foi escolhido um local à beira-mar (OLIVEIRA, 2003)¹⁵. Por conseguinte, Martim Leitão, este que foi responsável pela conquista e o ouvidor geral da capitania, utilizará dos 65 homens que o acompanharam para edificação de casas, bem como os prédios que abrigariam os administradores juntamente a outras fortificações, posto que após a conquista, se necessitava da povoação imediata, assim como a vinda de jesuítas para abrigarem as principais ordens religiosas.

Filipéia foi planejada como uma cidade, mesmo diferentemente de outras regiões, ela foi uma das poucas cidades naquela época que terá esse status, visto que apenas São Cristóvão do Rio de Sergipe e São Sebastião do Rio de Janeiro tinham, deste modo, se é perceptível a atenção maior que os espanhóis terão em relação a região, haja vista a regularidade descrita das primeiras ruas que foram planejadas. Todavia, devemos considerar este ponto em questão dos aspectos sociais para a construção da cidade de Filipéia, levando em conta a arquitetura que será adotada, na qual teriam uma preocupação enorme em relação ao lado urbano daquele espaço, além de que, esta lei, permitiu a determinação das fundações em uma espécie de centro administrativo, pelo qual havia uma praça e nela teria uma igreja, bem como, também tinha a residência de um chefe executivo, que no caso, seria a do governador e o próprio cabildo, isto

¹⁵ OLIVEIRA, Carla Mary S. **O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista**. Editora Universitária/UFPB; IESP, 2003.

é, o local ordinário municipal da cidade. Nesse sentido, a partir da praça, seria aonde iria começar a definir o desenho urbano e todos os outros estabelecimentos (RIBEIRO, 1994)¹⁶. Apesar disso, se é importante ressaltar e termos a percepção de que o território que antes até então era ocupado pelos franceses para exploração, o caráter de reconquista para então a formação da cidade.

A cidade de Filipeia vai se destacar pelo seu caráter urbanístico, pois em cerca de 40 anos de fundação, a cidade já contava com a presença de 100 casas, além de que contava uma quantidade considerável de soldados para defendê-la, sendo 100 homens brancos em casos de emergência e mais 500 pelas proximidades, deste modo, percebemos o quão rápido Filipeia se edificou. Portanto, outros fatores ajudaram a esse rápido desenvolvimentos, pois a área em que a cidade foi edificada, consta com a presença de calcário e pedra, o que auxiliou demasiadamente para as primeiras construções, assim como a fácil localização de recursos, podemos atribuir a isso a questão do pau-brasil, dado que o *Sumário das Armadas* vai enfatizar que a Paraíba abrangia de uma grande quantidade e com uma excelente qualidade, deste modo, auxiliando para as atividades iniciais econômicas da nova cidade.

As primeiras edificações tinham um caráter de suma importância, como é o caso da igreja matriz de Nossa Senhora das Neves, assim como as igrejas e conventos dos jesuítas, carmelitas, franciscanos e beneditinos, em que daria uma presença deveras importante para a cidade que era recém fundada. Entretanto, a cidade de Filipéia sofria de diversos ataques com os potiguaras que ainda habitavam a região, até o tratado de paz que foi assinado 1599, dando início de fato a paz e as atividades econômicas.

A fundação se sucedia, porém se tinha a questão dos gastos e quais as atividades que ocorriam, para se somar a atividade colonial econômica da cidade, sendo esclarecido por (DE OLIVEIRA; DA SILVA FRANÇA, 2019)¹⁷:

Sendo elevados os gastos iniciais com as armadas e soldados enviados pela metrópole para a conquista da Paraíba, o ato de povoá-la também exigia consideráveis recursos oriundos dos cofres reais, somados a um grande investimento humano e financeiro feito pelos “homens da terra”, que vão assegurar a sua defesa, dar início à sua

¹⁶ RIBEIRO, Orlando. **Opúsculos Geográficos, Vol. 5 – Temas Urbanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. Pp. 491-497.

¹⁷ DE OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; DA SILVA FRANÇA, Fabiana. **A FILIPÉIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES NA UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS**. In: VIII Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (8shb) 2019. 2019.

atividade econômica e, particularmente, edificar “dia a dia” a Filipéia. (DE OLIVEIRA; DA SILVA FRANÇA, 2019)

A produção açucareira ganhava destaque como atividade fundamental na formação da sociedade, assim como doravante se houve a presença de diversos senhores de engenho que investissem na região, haja vista que na região tal atividade era empregada como principal meio de vida, em que esses senhores de engenho e proprietários rurais eram os motores da economia local, como será destacado por (MOURA FILHA, 2004)¹⁸:

Estando estruturada a cidade Filipéia, procurava esta classe ocupar os cargos da administração municipal e da organização militar, dando sua contribuição ao sistema colonial, mas sempre esperando alguma mercê que viesse recompensar os investimentos feitos. Apesar de ser corrente a ideia de que os proprietários rurais só afluíam aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades religiosas, verifica-se que, na prática, embora dedicados aos seus engenhos, estes senhores não desviavam a atenção da cidade, pois ali estava o centro do poder e das decisões, sobre as quais lhes interessava manter certo controle (MOURA FILHA, 2004 p. 6).

Apesar das dificuldades que se teve de início para que houvesse de fato um desenvolvimento que englobasse as populações que ali estavam, a economia não estaria voltada a apenas a estrutura manufatureira até mesmo para atrair pessoas, uma vez que se existiam outras vertentes para o desenvolvimento e outras formas de povoamento, como vai destacar (OLIVEIRA, 2003):

Muito se discutiu até hoje, sobre a ligação intrínseca existente entre a expansão da manufatura do açúcar no litoral, a pecuária no interior, e a consolidação da ocupação, colonização e povoamento do território paraibano. Tais atividades econômicas tiveram, obviamente, enorme importância nesse processo. Contudo, somaram-se a elas outros elementos, tais como a “necessidade” de se expandir a fé católica em terras americanas, assim como uma leve “pressão populacional” dos fidalgos não-primogênitos da aristocracia ibérica, que deviam buscar no além-mar e na aventura empreendedora na América os meios para enriquecer, posto que não tinham direito à herança ou títulos paternos (OLIVEIRA, 2003 p.45)

Ao mesmo tempo que podemos remeter de forte miscigenação étnica americana, pois muito jovens europeus vinham para o Brasil com o intuito de constituírem família e isso

¹⁸ MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil séculos XVI-XVIII**. 2004.

englobando a Paraíba, desta forma, tendo os primeiros traços de povoação e também de investimentos, dado que estes acabam por vir e investir em comércios.

Após 50 anos da fundação de Filipeia, a cidade já possuía 6 ruas, além das principais igrejas que formam o desenho de uma cruz, cada uma em um ponto, ao sul a igreja da Misericórdia, ao norte em que se localiza seu topo o convento dos franciscanos, ao leste o convento dos carmelitas e ao oeste o convento dos beneditinos. Neste sentido, perceber-se a importância das ordens religiosas para o traçado urbano, bem como aos recursos que se foram alocados nestes locais, além de que representavam grande poder simbólico para a população, pois estes templos tinham admiráveis arquiteturas, dando destaque ao que Gaspar Barléu, um dos holandeses que esteve aqui presente no Nordeste holandês, cita que a cidade não poderia existir sem as ordens devida a proeminência que a mesma recebia e de fato se é interessante essa questão, visto que em pouco tempo de existência da cidade, se houve um interesse apregoadado ao lado eclesiástico de se terem conventos aqui das mais diversas ordens, dando ênfase que o lado religioso naquela região detinha um enorme poder. Partindo disto, se é notório enfatizar que muitas das vezes a igreja é quem tomava a frente em relação as decisões e funções que se tornavam efetivamente de grande importância, como vai destacar (MOURA FILHA, 2004):

Passamos agora a explorar a atuação, na Filipéia, de outro poderoso agente produtor do espaço urbano do período colonial: a Igreja Católica que efetivava sua presença através da ação do clero secular, mas principalmente através do clero regular, que sempre trabalhava em parceria com a Coroa portuguesa desempenhando funções imprescindíveis à colonização. No mais, apenas a Santa Casa da Misericórdia se estabeleceu na cidade, ainda no século XVI, uma vez que não havia ainda uma população estratificada em grupos que demarcassem seus espaços específicos de congregação (MOURA FILHA, 2004 p. 7)

A figura da igreja foi de suma importância para a consolidação de uma governança viável com base no eclesiástico, bem como na manutenção do poder régio estabelecido pela coroa, desta forma, traçamos um paralelo em relação aos primeiros homens que estiveram à frente da Capitania Real da Paraíba.

GOVERNANTES DA CAPITANIA REAL DA PARAÍBA Alcaides, Capitão-mor e Governadores (1584-1640)
Francisco Castrejon: 1584
João Tavares: 1586-1586
Francisco de Morales: 1586-1586
João Tavares: 1586-1588
Pedro de la Cueva: 1588-1590
Frutuoso Barbosa: 1588-1591
André de Albuquerque: 1591-1592
Feliciano Coelho de Carvalho: 1592-1600
Francisco de Sousa Pereira: 1600-1604
André de Albuquerque: 1604-1608
Francisco Coelho de Carvalho: 1609-1612
Juan Rabelo de Lima: 1612-1616
Francisco Nunes Marinho Sá: 1617-1619
João de Brito Correa: 1619-1622
Affonso da França: 1622-1627
Antonio de Albuquerque: 1627-1634
Pedro Cadena de Villasanti: 1627 – não assumiu o cargo
Francisco de Souto Mayor: 1631 – não assumiu o cargo
Manuel pires Correia: 1638 – não assumiu o cargo
Diogo Vieira Ferrete: 1640 – não assumiu o cargo

A esta lista¹⁹, percebe-se que poucos foram os espanhóis que chegariam a assumir de fato o posto à frente da Capitania Real da Paraíba, dado que durante a União Ibérica, os espanhóis tiveram papéis de maior cunho se comparado aos dos portugueses, principalmente se considerarmos as conquistas se houveram ao norte do Brasil, deste modo, se existe uma clara percepção e dificuldade de se mostrar os grandes feitos por parte dos espanhóis no Brasil.

¹⁹ DE BRITO, Sylvia Brandão Ramalho. **A conquista do rio ruim: a paraíba na monarquia hispânica (1570-1630)**. 2020.

4.1 Um projeto que dava vez e voz aos portugueses

A história do Brasil que até então era pouco registrada e também vinculada com a imagem de colônia, ganharia novos traços em relação a produções que tivessem um caráter de mudança, percebe-se então, por meio da construção de uma história nacional, a vinculação e o processo de sistematizar a uma história tida como oficial que esteja mais interligada a Europa, em que a figura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), terá como função o marco de se produzir essa história, porém de forma geral, diferentemente do Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP) que irá construir essa história partindo de um princípio regional, deste modo, tendo-se em vista a necessidade de esmiuçar as diferenças regionais, como é o caso do “esquecimento” em relação aos espanhóis na Capitania Real da Paraíba (MONTEIRO, 2020)²⁰. Em meio ao processo de consolidar de fato uma história que pudesse ser considerada oficial, Januário da Cunha Barbosa, secretário-perpétuo do IHGB, apresentaria a proposta de elaborar um concurso que daria os primeiros passos com o objetivo de se construir uma história nacional, no sentido de traçar um caminho que apresentasse o Brasil da melhor forma e idealizado como uma sociedade civilizada. Portanto, a proposta formulada pelo o então naturalista alemão Karl Philipp Von Martius, será a que trará um contorno de garantir uma identidade ao Brasil, na qual o seu ensaio denominado *Como se deve escrever a história do Brasil*²¹, estará abrangendo as proposituras fundamentais tanto para história científica da nação quanto para se ter um discurso histórico que fosse satisfatório para as elites locais. A respeito ao ensaio de Martius, este traçou um lugar e se refere a sociedade brasileira por três etnias diferentes, nas quais seriam a negra (os africanos), a vermelha (os indígenas) e a branca (os portugueses), em que seu ensaio, ele especificaria a função de cada grupo em relação ao contexto de formação para com a sociedade brasileira, apesar de que o português seria considerado o motor para a obra colonial do Brasil (MONTEIRO, 2020). Partindo disso, Martius, vai dizer que a função dos indígenas e dos negros seria não mais que reagirem a raça predominante, ou seja, no caso dos indígenas seria simplesmente resquícios de povos, enfatizando apenas ao pensamento de serem exclusivamente sobreviventes de uma antiga civilização já desaparecida, na qual minuciosamente seria legítimo em relação a formação da nação por parte dos mesmos, bem como a função dos negros, no que refere-se que eles teriam seu lugar garantido na sociedade brasileira, mas que não teriam um papel efetivo em relação a

²⁰ MONTEIRO, Luíra Freire. **Arquitetura da Paraibanidade – A construção da historiografia paraibana**. In.: O passado ao nosso redor – Histórias pela Paraíba. Brasília: Rosseto, 2020.

²¹ As produções posteriores ao ensaio de Martius terão um caráter elitista, dado que a historiografia produzida do IHGB e também IHGP não seriam produzidas por historiadores de fato.

composição da construção de uma história nacional. Todavia, seria o branco português que estaria a ser a figura principal e central na formação dessa história nacional, dado que Portugal era visto como o ponto de partida na questão dos estudos que se pretendiam empregar no país, em razão de que o objetivo de se criar uma nova identidade para aquela nação que nascia, desta forma, o modelo a ser seguido seria do branco português colonizador.

A este paradigma construído por Martius em seu ensaio, as diferentes raças que não fossem a branca, estariam sujeitas a serem coadjuvantes na construção da grande nação, considerando que durante este processo, a mestiçagem seria considerada como um meio para que essas diferenças fossem excluídas, ou seja, Martius reconheceria as diferentes raças bem como a mestiçagem, mas que seria isso parte do processo para que ocasionalmente essas diferenças fossem invalidadas, partindo de um pensamento de “branqueamento” da população, assim como estes estariam atrelados aos valores do brasileiro que agora seria considerado moderno com traços de europeu, civilizado e principalmente com o mesmo tom de pele. Partindo disto, baseado nas proposituras presentes por Martius, percebe-se que de fato ele satisfaz os interesses das elites, na qual tinha o princípio de eliminar as outras raças, além de colocar o branco como superior, visto que o português mais do que nunca seria enaltecido como primordial ao processo civilizatório em relação ao pensamento de construção dessa história tida como oficial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho, percebi as dificuldades que se tem de trabalhar com a historiografia paraibana, principalmente dada a pouca documentação registrada em relação ao período referente a União Ibérica (1580-1640), em virtude de ser bastante significativo para a construção de uma identidade, de uma sociedade e dentro deste aspecto trazendo a importância de se realizar pesquisas no âmbito da história local e conhecer a história não só da fundação da Paraíba, mas também em configurar na reconstituição de uma história que muito se é esquecida ou pouco contada. Neste sentido, vi a necessidade de trabalhar com o domínio espanhol na Paraíba, pois não se tem muitas referências e documentações que englobem a narrativa dos acontecimentos, deste modo, procurei trazer uma perspectiva que problematiza ao mesmo tempo enfatiza a falta dessas referências, pois se é significativo para a construção de uma identidade, de uma sociedade e dentro deste aspecto trazendo a importância de se estudar a história local e conhecer os antepassados de uma região que levaram a ser o que é hoje. Trabalhar com a história local dentro do âmbito da pesquisa é mostrar as diversas perspectivas e questionamentos que aquela determinada época cria. Partindo disso, se foi explanado sobre as proposituras de Karl Von Philipp Martius, em que ele expressa o seu ensaio, na qual tinha como objetivo esmiuçar uma vertente e arquitetar de fato a maneira correta de se escrever a história do Brasil, em que podemos entender que a sua escrita estaria voltada aos interesses das elites, desta forma, seu trabalho torna-se o principal seguimento para que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), produza sua historiografia, partindo de uma premissa parecida com a que Martius emprega.

Assim, para elucidar as considerações finais deste estudo, buscou-se esmiuçar a problemática das dificuldades de se relacionar a conquista do território da Paraíba aos espanhóis, bem como produzir uma revisão de narrativa literária abordando as perspectivas e olhares diferentes em relação a União Ibérica, assim como abordá-la e de como ela se deu de fato, além também das expedições feitas a Paraíba, no que compete as relações que se houveram entre Castrejon e Frutuoso Barbosa. Neste sentido, busquei trazer algumas características que estão presentes na fundação de Nossa Senhora das Neves, ao qual a mesma nasce nos moldes espanhóis, seguindo a *Ley das índias*

A última parte do trabalho, a partir desta carência que trouxemos como proposta a se trabalhar sobre a história local da Paraíba, busquei trazer algumas características que estão presente na fundação de Nossa Senhora das Neves, em que a urbanização e arquitetura são baseados nos moldes espanhóis, seguindo as *leys da índias*, deste modo, busquei trazer as propriedades que estavam presentes, assim como a importância dos conventos para com a

cidade. Neste sentido, o trabalho tinha como premissa ampliar a construção de uma histórica local com outras perspectivas, visando o conhecimento para a comunidade acadêmica no processo de reconstituição histórica, para que se possa conhecer mais da Capital do Estado da Paraíba e de seu país, em razão de partir de um entendimento local e de compreender a importância de se conhecer a história de sua localidade e de suas origens, bem como a importância que se tem de preservá-la.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, v. 3, 1997.
- CAMARGO, Maicon da Silva. **Um Reino sem rei? Cultura política ibérica durante a Federação Ibérica (1580-1640)**. Revista Aedos, v. 8, n. 19, p. 192-208, 2016.
- CARDIM, Pedro. “**Política e identidades corporativas no Portugal de D. Felipe I.**” In: RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge M.; POLÓNIA, Amélia (Coords.). Estudos em Homenagem a João Francisco Marques. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, 2002, p. 275-306.
- CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 17.
- DE BRITO, Sylvia Brandão Ramalho. **A conquista do rio ruim: a paraíba na monarquia hispânica (1570-1630)**. 2020.
- DE OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; DA SILVA FRANÇA, Fabiana. **A FILIPÉIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES NA UNIÃO DAS COROAS IBÉRICAS**. In: VIII Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (8shb) 2019.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **Um Imenso Portugal**. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 63.
- MONTEIRO, Luíra Freire. **Arquitetura da Paraibanidade – A construção da historiografia paraibana**. In.: O passado ao nosso redor – Histórias pela Paraíba. Brasília: Rosseto, 2020.
- MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil séculos XVI-XVIII**. 2004.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. **O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista**. Editora Universitária/UFPB; IESP, 2003.
- RIBEIRO, Orlando. **Opúsculos Geográficos, Vol. 5 – Temas Urbanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. Pp. 491-497.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. **Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)**. Lisboa: Horizonte, 2001, p. 11,12.
- SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.